



posta de projeto de lei sobre Administracionalização dos Benefícios da Execução Penal, caso o Judiciário não se manifeste no prazo de trinta dias, o diretor da unidade prisional poderá implementar os benefícios da execução como também providenciar as transferências e regressões, sendo isso um grande retrocesso na execução penal. O Conselheiro Maurício Kuehne disse que o Conselho já se manifestou a respeito da matéria no ano de 2001 quando do exame do anteprojeto de reforma do projeto de lei da execução penal e de outra proposta do Conselho Nacional de Secretários de Administração Penitenciária e Justiça, no sentido de que as inclusões e exclusões de presos nas penitenciárias federais sejam da alçada das autoridades administrativas. Solicitou que o Conselho dê atenção a esse aspecto, pois até junho/2006 uma das penitenciárias federais estará em funcionamento. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira informou que o processo está com o Conselheiro Carlos Weis que exarará um parecer, solicitando aos demais Conselheiros, aos quais foi entregue a minuta do projeto, que se manifestem por escrito para que, na próxima sessão, seja analisado. Dando continuidade à pauta, o Conselheiro Maurício Kuehne apresentou o Sr. Bruno Amador, responsável no DEPEN/MJ pela reformulação do sistema e disse que os projetos se baseiam nos dados do INFOPEN. Informou que o Conselheiro Clayton Alfredo Nunes, como Diretor do DEPEN/MJ, reiniciou este programa. Solicitou que cada Conselheiro, em seu estado de origem, incentive a implementação do sistema. Com a palavra, o Sr. Bruno Amador, após agradecer a oportunidade, iniciou a apresentação do INFOPEN, que tem como objetivo coletar informações básicas para nortear as políticas públicas no âmbito da execução. Fez chegar às mãos dos Conselheiros os formulários que contêm os indicadores solicitados aos estados. Um dos formulários é preenchido pela Secretária de Estado da Justiça, outro pelos estabelecimentos penais e outro de responsabilidade do Judiciário. Apresentou o histórico do programa, falou da reformulação deste sistema e de seus indicadores. Discorreu, ainda, sobre a adesão dos estados e as dificuldades enfrentadas. Por fim, disse que o INFOPEN é um Cadastro Nacional de Estabelecimentos Prisionais, atualizado pelos respectivos gestores, com informações estratégicas, cobrindo dados relativos aos estabelecimentos, recursos humanos, logísticos e financeiros e população prisional. Mais: que o DEPEN/MJ conta com o compromisso de todos no apoio ao processo de tomada de decisões para a reformulação de políticas e diretrizes voltadas para o aprimoramento do sistema penitenciário. Colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne disse que uma das responsabilidades do CNPCP é a aplicação das verbas do FUNPEN, devidamente regulamentado pela Lei de Execução Penal, indicando as prioridades que o DEPEN/MJ tem que executar. E que, ao procurar esses indicadores, parou no ano de 2001 e em outra resolução de 2004, apenas obrigando os estados a darem informações ao INFOPEN. As estratégias de aplicação dos recursos pelo DEPEN/MJ se ressentem por completo destas informações desde o ano de 1997. E, ao traçar essas prioridades, será necessário ter os indicadores da evolução da população prisional. Apresentou os indicadores da população carcerária dos anos anteriores, que apresentam um número decrescente da população, o que não é verdade. Isso ocorre por falta de comprometimento dos estados de encaminharem essas informações. Solicitou que os Conselheiros enviem opiniões sobre esses indicadores. Destacou, ainda, que, após várias discussões no Colegiado, ficou acertado que o censo realizado no ano de 1997 não apresentava números condizentes com a realidade do sistema penitenciário nacional e por isso não mais foi publicado. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse que existia uma proposta no Estado do Rio Grande do Sul chamada IN-FOSEG, que o Ministro da Justiça aproveitou, implantando esse Programa na gestão do Dr. Tonet Camargo, ex-Diretor do DEPEN/MJ. Manifestou sua angústia no que se refere à implementação de um novo sistema a cada nova gestão, não se aproveitando a proposta anterior. Louvou o trabalho realizado pelo DEPEN/MJ. Com a palavra, o Conselheiro Clayton Alfredo Nunes informou que havia no DEPEN/MJ uma proposta, mas que não saiu do papel. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal fez algumas sugestões aos indicadores deste projeto e informou que as encaminhará por escrito. O Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes disse, com relação às penas e medidas alternativas, que foram feitas sugestões na reunião de São Luís/MA, quando foi apresentado este sistema. O Conselheiro Maurício Kuehne disse que verificará a questão. O Conselheiro Carlos Weis sugeriu a colocação de dados a respeito da atuação das defensorias públicas. Com a palavra, o Sr. Bruno Amador explicou que o programa de informática existente foi reaproveitado e que a sistemática é a mesma, tendo sido apenas aperfeiçoado. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu a apresentação e solicitou que todos encaminhem, por escrito, as sugestões à Secretaria do Conselho; caso não haja manifestação, deve-se enviar ao DEPEN/MJ. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia lembrou que o Conselho tem por incumbência zelar pela aplicação das verbas do FUNPEN, aplicadas pelo DEPEN/MJ. Permanentemente, isso ocorre sem a participação do Conselho. Hoje, como o CNPCP tem uma ligação mais direta com o DEPEN/MJ, fez uma consulta à Presidência acerca da possibilidade de o Conselho ter uma maior participação nessas decisões, tal como define a Lei. Disse, ainda, que é um crítico das visitas de inspeção sem a participação do DEPEN/MJ. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira deliberou que não se realize visita de inspeção sem que o DEPEN/MJ indique um acompanhante. O Conselheiro Carlos Weis sugeriu que a Secretaria do Conselho faça sempre um dossiê do último relatório da respectiva visita de inspeção para, assim, subsidiar a nova visita. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne disse, quanto à preo-ocupação do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia sobre a aplicação do FUNPEN, que foi publicada a Resolução nº 2, de 31 de maio de 2000, recomendando ao DEPEN/MJ que informe ao CNPCP o montante da arrecadação do FUNPEN e sua destinação. E ao

Conselho compete definir as prioridades, as quais o DEPEN/MJ deve cumprir. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia sugeriu que o Conselho participe da elaboração do orçamento. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira concordou e, em seguida, comunicou a presença do ex-conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia, agradecendo o trabalho profícuo que desenvolveu durante seu mandato. Com a palavra, o Padre Bernardino Ovelar Arzamendia agradeceu a oportunidade de integrar o Colegiado, onde aprendeu muito com todos. Disse que continuará trabalhando em prol dos presidiários e que, no momento, está elaborando um projeto de apoio ao egresso. Colocou-se, ademais, à disposição do Conselho para o que for preciso. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira lhe desejou sucesso. Com a palavra, o Conselheiro Geder Luiz Rocha Matos disse que, lendo a ata anterior, verificou que foi indicado um representante do CNPCP para a Comissão de Penas e Medidas Alternativas da qual faz parte. Sugeriu, então, que possa representar o Conselho. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira informou que a Conselheira Eleonora de Souza Luna já fora indicada e que achava conveniente não proceder a nenhuma alteração. Com a palavra, o Conselheiro Cassio Castellarin cumprimentou o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira por sua honradez e por seu exemplo de liderança, empenhando-se na recondução dos Conselheiros e nas novas nomeações. Por fim, agradeceu e disse que espera fazer jus a essa confiança. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse que esse empenho é dividido com todos os Conselheiros e, especialmente, com o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos. Disse que o Ministro Márcio Thomaz Bastos honrou o compromisso de reconduzir e nomear os novos Conselheiros. Com a palavra, o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal registrou sua gratidão, dizendo que o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira demonstrou ser um verdadeiro amigo e firme em suas convicções, mesmo diante de obstáculos aparentemente intransponíveis. Disse que o Conselho é consciente de sua responsabilidade e do desafio que lhe corresponde de definir uma política criminal e penitenciária consentânea com os anseios da população brasileira. Com a palavra, o Conselheiro Edison José Biondi, também, agradeceu a confiança e parabenizou a todos pelo empenho. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Martins Antico acrescentou que o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, além de inteligente e talentoso, é um homem transparente. Com a palavra, o Conselheiro Luís Guilherme Martins Vieira agradeceu a sua designação, esperando não decepcioná-lo, nem a Nação. O Conselheiro Geder Luiz Rocha Matos disse ser uma honra integrar o Conselho e que tem uma admiração pessoal pelo Presidente, especialmente por sua trajetória de vida. Agradeceu o incentivo do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal para participar deste Colegiado. Acrescentou que será uma honra receber o Conselho na Bahia para a realização de uma reunião ordinária. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu as palavras de todos, desejando sucesso a todos os empossados. Dando continuidade à reunião, passou-se à apreciação dos processos distribuídos preliminarmente: 01) Processo MJ/GM nº 08001.00211/2005-21. Assunto: PL nº 4.403, da Deputada JANDIRA FEGALI e outros. Acrescenta inciso ao art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940 - Código Penal. Parecer da Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira: pela aprovação do PL, com envio de ofício para conhecimento aos Deputados Federais, Senadores da República, Ministros do STF, Presidente da OAB Nacional e Presidente do Conselho Federal de Medicina. Aprovado, à unanimidade, com louvor e indicação para próxima revista. 02) Processo MJ/GM nº 08001.004742/2005-29. Assunto: PLS nº 113/2004, do Senador DEMOSTENES TORRES. Acrescenta parágrafo único ao art. 123 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para definir que se aplicam às penas previstas no art. 121 do CP ao co-autor ou participe do crime de infanticídio. Parecer do Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira: pela rejeição do PLS. Aprovado, à unanimidade. 03) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000001/2004-81. Assunto: Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Conselho Penitenciário do Estado do Paraná no ano de 2002. Parecer do Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira: no sentido de que seja o relatório atualizado após visita de inspeção a ser realizada nos termos da Resolução nº 02, de 13/02/2006. Aprovado, à unanimidade. 04) Processo MJ/GM nº 08001.005997/2005-17. Assunto: PL nº 157/2005, do Senador VALMIR AMARAL. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas pela exposição da vida e da saúde de outrem a perigo nos casos que especifica. Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 05) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000073/2005-17. Assunto: Ofício nº 485, de 01/12/2005. Interdição da Cadeia Pública da Comarca de Alexânia/GO, em razão das péssimas condições do prédio. Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pelo encaminhamento ao DEPEN/MJ e ofício ao Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Comarca de Alexânia/GO, para dar ciência da providência tomada pelo CNPCP. Aprovado, à unanimidade. 06) Processo MJ/GM nº 08001.007994/2005-18. Assunto: PLS nº 356/2005, do Senador ROMEU TUMA - Acrescenta ao Decreto-Lei nº 2.484, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - o art. 351-a, para tipificar a conduta de ingresso ilegal de arma ou meio de comunicação em estabelecimento prisional. Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 07) Processo SAL/MJ nº 08001.006004/2005-16. Assunto: PLS nº 209/2005. Acrescenta parágrafos aos Arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tornar insuscetíveis de fiança e de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva. Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: pela rejeição do PLS. Aprovado, à unanimidade. 08) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000030/2005-23. Assunto: Reportagem do Jornal Zero Hora de Porto Alegre, quinta-feira 09/06/2005. Juiz critica a fiscalização a presos do Regime Semi-Aberto. Manifestação do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: Converter em diligência para que o DE-

PEN/MJ possa subsidiar o relator no sentido de informar a situação nacional sobre a matéria. 09) Processo MJ/GM nº 08001.008019/2005-19. Assunto: PLS nº 387/2005, do Senador EDISON LOBÃO. Altera os arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e dá outras providências.(dispõe sobre a punibilidade dos crimes previdenciários). Parecer do Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva: pela aprovação do PL. Aprovado, à unanimidade. 10) Processo SAL/MJ nº 08027.000718/2003-61. Assunto: PL nº 976/2003, do Deputado FEU ROSA. Dispõe sobre a obrigatoriedade de remuneração do serviço do Juri. Parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 11) Processo SAL/MJ nº 08027.000227/2003-10. Assunto: PL nº 54/03, do Senador DEMÓSTENES TORRES. Dá nova redação aos arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 12) Processo MJ/GM nº 08001.005379/2005-69. Assunto: PL nº 02/2005, do Senador ÁLVARO DIAS. Altera a Lei nº 9.099, de 26/09/1995, para prever a suspensão do prazo prescricional até a satisfação da composição dos danos pelo réu e o restabelecimento do direito de ação em caso de descumprimento. Parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos: pela aprovação do PL. Pedido de vistas do Conselheiro Luis Guilherme Martins Vieira. 13) Processo MJ/GM nº 08001.006157/2005-63. Assunto: PL nº 4.714/2004, do Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA. Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 - Código de Processo Penal, na seção relativa à função de jurado. Parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos: pela aprovação parcial do PL. Aprovado, à unanimidade. 14) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000045/2004-19. Assunto: DEPEN/MJ. 1ª Reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - realizada no dia 21/07/2004 - nas instalações do Ministério da Justiça. Manifestação do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos no sentido de encaminhar ao Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. 15) MJ/CNPCP nº 08037.000037/2004-64. Memo. nº 51, de 04/05/2004. Solicita informações a respeito da veracidade da manifestação do Senador Demóstenes Torres (PFL-GO) sobre os recursos orçamentários do FUNPEN. Parecer do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos: pelo arquivamento dos autos, após encaminhar cópia ao Senador Demóstenes Torres para conhecimento. Aprovado, à unanimidade. 16) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000051/2005-49. Assunto: Ofício nº 358/2005, CDDH/CEDP/CLDF. Denúncia de maus tratos praticados pelos agentes da penitenciária do Distrito Federal (PDF). Parecer do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos: pelo encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios para conhecimento e providências pertinentes. Aprovado, à unanimidade. 17) MJ/CNPCP nº 08037.000071/2004-39. Relatório de visita ao 5º Distrito Policial de São Paulo, no dia 02/08/2004. Parecer do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos: pelo arquivamento dos autos, após oficiar o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo para conhecimento. Aprovado, à unanimidade. 18) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000023/2005-21. Assunto: Ofício nº 2.473, de 27/04/2005, Juízo de Direito da Corregedoria dos Presídios. Solicita a análise do processo nº 089/05, sendo requerente o 8º Promotor de Justiça, para as devidas providências. Parecer do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos: pelo arquivamento dos autos, após o encaminhamento de cópia ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Aprovado, à unanimidade. 19) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000053/2005-38. Assunto: Ofício nº 739/05. OUVIDORIA GERAL DA CIDADANIA. Representação sobre a situação do sistema penitenciário do Distrito Federal para conhecimento e providências. Parecer do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos: pela remessa de cópia dos autos ao Governador do Distrito Federal, ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do DF, ao Subsecretário de Segurança Pública do DF e ao DEPEN/MJ, informando que a representação foi encaminhada ao MPDFT. Aprovado, à unanimidade. 20) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000068/2005-04. Ofício nº 86, de 18/07/2005. Relatório de Visita de Inspeção realizada nos estabelecimentos penais da cidade de Teresina nos dias 28 e 29/07/2005, pelos Conselheiros Vetuval Martins Vasconcelos, César Oliveira de Barros Leal e Edison José Biondi. Parecer do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos: no sentido de oficiar às autoridades do Estado do Piauí para apresentar soluções para as deficiências apontadas no relatório. Aprovado, à unanimidade. No dia seguinte, o 2º Vice-Presidente Maurício Kuehne justificou a ausência do Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e do 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos, em razão de compromissos profissionais inadiáveis. Indagou do Conselheiro Clayton Alfredo Nunes sobre o processo que trata dos bloqueadores de celulares, no qual o Conselho aprovou a ideia do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária para ser encaminhado via gabinete do Ministro da Justiça, solicitando que o devolva à Secretaria do CNPCP. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira cumprimentou os Conselheiros reconduzidos e empossados. Falou que, na reunião com Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, foi informado que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária definiria a questão da liberação dos recursos. Em nome dos colegas Secretários, disse que os recursos destinados para este ano são muito pequenos e que o CNPCP deve se posicionar sobre as questões relevantes e referentes a este orçamento. O 2º Vice-Presidente Maurício Kuehne informou que o orçamento ainda não foi aprovado. Assim que for aprovado, encaminhará ao Conselho para que defina os critérios com vistas à sua liberação. Com a palavra, o Conselheiro Clayton Alfredo Nunes informou que, na sua gestão como Diretor do DEPEN/MJ, buscou executar todo o orçamento e hoje isto é possível graças à parceria com a Caixa Econômica Federal e a projetos Sociais e projetos na área de educação que são recursos que independem de licitação. Os recursos de restos a pagar referentes